

# Prioridade para o Primeiro Grau

## Educação

ESTADO DE SÃO PAULO

A Educação brasileira não muito vive das grandes constatações e das definições claras de prioridades. Sucede, porém, que realizada essa fase preliminar de investigação das causas da crise educacional, o poder público se sente recompensado, cessando nessa descoberta suas responsabilidades com a Educação. Este comportamento atinge em idênticas proporções o poder público nas esferas municipal, estadual e, em especial, na do Ministério da Educação. Os estudos são muito bons, a definição das prioridades perfeita, mas a execução... Por esse motivo, olhos postos nesta tradição, é preciso ser cuidadoso ao comentar a definição de prioridades para o setor educacional dada pelo professor Sérgio Pascoali, assessor para a área de Educação da equipe de transição do governo Collor de Mello.

Segundo o professor Pascoali, o ensino de 1º grau será uma das prioridades do futuro governo. Sem dúvida esse é um bom sinal, sabendo-se que vivemos em um país cujo governo destina perto de 80% dos recursos governamentais destinados à Educação para a manutenção da rede de ensino de 3º grau, de eficácia discutível. Esta distorção de prioridades — a universidade antes de escola primária — leva à dramática constatação: de cada cinco crianças matriculadas na escola brasileira, apenas uma conclui o primeiro

grau. Para quem se envergonha dos índices sociais brasileiros, este dado da Unicef, segundo o qual o Brasil só forma 22% de seus matriculados no primeiro grau, deve ser comparado com os 50% do Paraguai, com os 36% da Guatemala ou com os 41% alcançados pela Etiópia. Basta esse registro para que se concorde com a prioridade definida para o futuro governo pelo professor Pascoali.

Se a prioridade é correta, as formas pretendidas para executá-la merecem comentários. Segundo o assessor, a Educação precisa de mais recursos. Em encontro com os secretários da Educação dos Estados pediram-se sugestões de novas fontes de custeio. A primeira possibilidade de aumento de recursos aventada pela equipe de transição foi o aumento da alíquota de contribuição das empresas para o salário-educação. Ora, antes de praticar a solução fácil de aumentar impostos, convém observar melhor o que é feito com os recursos hoje arrecadados. Muitas das verbas oriundas do salário-educação são desviadas, ao arrepio do que está estabelecido na legislação, para o 2º grau, para a construção de prédios escolares, e para pagamento de funcionalismo nas diferentes esferas — isso porque os recursos dessa contribuição compulsória são divididos entre municípios, Estados e ministério. O mesmo pode-se dizer das

verbas propriamente orçamentárias: apesar da gravíssima distorção que faz o nível universitário ficar com a parte do leão, convém lembrar um estudo do Ipea, Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, órgão da Seplan, de 1988, que aponta para o absurdo: de cada cem cruzados destinados ao ensino de 1º grau a nível federal, somente 52 chegam de fato à sala de aula, perdendo-se o restante nos caminhos burocráticos...

O professor Sérgio Pascoali, ex-secretário-geral do MEC no governo Figueiredo, deve conhecer esta malha consumidora de recursos públicos ou privados. Um bom começo, nestes tempos difíceis em que vivemos, seria impor disciplina à burocracia, com o que se encontrariam sólidos argumentos, inclusive para justificar maiores sacrifícios impostos às empresas. Por outro lado, merece registro que a Educação brasileira é vista pelo governo da óptica do Livro-Caixa. Apesar de saber-se que sem recursos não há ensino, a Educação, por mais que se tente a transformação, continua não sendo unicamente um assunto numérico. Assim, por exemplo, a prioridade concedida ao 1º grau envolve também uma questão didático-pedagógica. A evasão escolar atinge estes números aterradores também porque o professor é despreparado — quem ainda presta atenção nas porcentagens que o MEC divulga do nú-

mero de professores leigos? — e a criança chega à idade escolar sem uma mínima estimulação das estruturas mentais exigida para acompanhar o que se lhe ministra na escola.

Por isso, são muitos os responsáveis. As redes de televisão eximem-se de contribuir optando por uma programação infantil que vai do banal absoluto até uma discutível erotização do imaginário infantil. A escola de 1º grau oficial tem uma perspectiva negativa do aluno que mais precisa dela, olhando-o ainda como o “adulto em miniatura” que não tem direito de errar. O Estado “esquece” o professor não só na folha de pagamento, mas principalmente ao não proceder a uma reciclagem modernizadora de perspectivas educacionais. Os resultados desse conluio de irresponsabilidades está aí!

Não basta olhar para recursos financeiros para “consertar” este caos educacional. Um pouco de imaginação faria que a burocracia fosse menos gulosa no consumo de recursos e estimularia outras aplicações do salário-educação, em que a empresa desenvolveria projetos próprios, adequados à realidade, com parte dos recursos gerados pela contribuição. Para isso será preciso mudar não só de prioridades, mas principalmente de perspectivas no equacionamento dos problemas educacionais brasileiros.